



# MINI SIMULADO - BLOCO 2

 (31) 98021-5992

 @juridico.dc

 dcpreparatorio@gmail.com



## **Bloco I: Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Empresarial, Direito Financeiro e Tributário**

---

### **1**

Geraldo, pai de Mévio, seu primogênito, deseja vender a ele um de seus apartamentos em Florianópolis. No entanto, ambos sabem que os filhos de Geraldo de seu outro casamento, Caio e Tício, jamais concordariam. Sendo assim, Geraldo pediu a seu amigo Júlio que recebesse o apartamento em doação para, após um tempo, vendê-lo a Mévio, pois entre eles não há impedimento.

Nesse caso, ocorreu:

Alternativas

- (A) fraude contra credores;
- (B) simulação;
- (C) dolo;
- (D) lesão;
- (E) erro. o pagamento das cotas condominiais em atraso.

### **2**

Bruce Wayne comprou de Selina Kyle um apartamento em um condomínio edilício, mas depois da imissão na posse e transcrição no registro veio a descobrir que a antiga proprietária deixou inadimplidas obrigações antigas relativas à taxa condominial, as quais o condomínio está agora exigindo de Bruce Wayne.

Sobre o caso, é correto afirmar que Bruce Wayne:

Alternativas

- (A) não é responsável pelo adimplemento dessas obrigações, que são de responsabilidade do proprietário ao tempo de seu vencimento, cabendo ao condomínio exigí-las diretamente de Selina Kyle;

(B) é responsável pelo adimplemento dessas obrigações, mas não pode o próprio apartamento ser penhorado em caso de inadimplemento, nem tem direito de regresso em face de Selina Kyle;

(C) é responsável pelo adimplemento dessas obrigações, mas não pode o próprio apartamento ser penhorado em caso de inadimplemento, e ele tem direito de regresso em face de Selina Kyle;

(D) é responsável pelo adimplemento dessas obrigações, podendo inclusive ter o próprio apartamento penhorado em caso de inadimplemento, mas tem direito de regresso em face de Selina Kyle;

(E) é responsável pelo adimplemento dessas obrigações, podendo inclusive ter o próprio apartamento penhorado em caso de inadimplemento, e não tem direito de regresso em face de Selina Kyle.

### **3**

A propositura de ação reivindicatória é um direito assegurado ao proprietário do bem imóvel, possuído ou detido injustamente por terceiro.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

Alternativas

(A) Se o proprietário age com boa fé objetiva, respeitando a função social da propriedade e amparado pela autonomia privada, dispensa-se prova do domínio do imóvel para propor ação reivindicatória, bastando que detenha justo título definido em lei.

(B) Para propor ação reivindicatória, dotada de caráter eminentemente dominial, o autor deverá apresentar prova inconteste da propriedade do imóvel, demonstrar a posse injusta do réu e individualizar a área objeto da controvérsia, com seus limites e confrontações.

(C) Para propor ação reivindicatória, dotada de caráter eminentemente dominial, o autor deverá apresentar prova inconteste da propriedade do imóvel e demonstrar a posse injusta do réu, sendo facultada a individuação da área objeto da controvérsia, com seus limites e confrontações, no curso do processo.

(D) Para propor ação reivindicatória, dotada de caráter eminentemente dominial, o autor deverá apresentar prova inconteste da propriedade do imóvel e demonstrar a posse injusta do réu, sendo facultada a individuação da área objeto da controvérsia, com seus limites e confrontações, na fase de execução da sentença que julgar procedente o pedido.

(E) Estamos diante de uma ação possessória com prazo prescricional fixado em lei.

#### 4

Clark Kent, em fevereiro de 1992, alugou de Barry Allen imóvel urbano para fins residenciais, pelo prazo de trinta meses, tendo sido prorrogado automaticamente o contrato até o falecimento do locador Barry Allen, em junho de 1996, sendo este o último mês de pagamento do aluguel. Em agosto de 2020, o espólio de Barry Allen ajuizou ação de despejo cumulada com cobrança em face de Clark Kent. O juiz determina a citação e, na forma da lei, faculta ao réu a purga da mora a fim de evitar o desalijo forçado. Clark Kent contesta, alegando que houve a interversão do caráter da posse e que teria adquirido o imóvel anteriormente locado por usucapião. Nesse contexto, é correto afirmar que:

##### Alternativas

(A) o prazo de usucapião somente se inicia a partir da entrada em vigor no atual Código Civil;

(B) a tese defensiva não é possível no ordenamento jurídico, posto que a posse, no caso, não pode modificar o seu caráter precário;

(C) o locatário somente evitará o despejo se purgar a mora durante todo o período em que deixou de pagar o aluguel;

(D) o locatário poderá evitar o despejo se pagar os últimos meses em débito, observada a prescrição quinquenal;

(E) a usucapião poderá ser reconhecida em favor do locatário se este provar ato exterior e inequívoco de oposição ao locador, tendo por efeito a caracterização do animus domini.

#### 5

A Enquanto estava fora do Brasil, Clark Kent permitiu que Lois Lane ocupasse sua casa de veraneio. Quando retornou, descobriu que ela realizou uma obra que removeu uma coluna que, desnecessária à sustentação, ocupava uma parte da garagem e, agora liberada, permite o estacionamento de mais um automóvel.

Diante disso, Lois Lane:

##### Alternativas

(A) não tem qualquer direito em face de Clark Kent;

(B) tem direito ao ressarcimento do valor da obra, se estava de boa-fé, sem a faculdade de reter o imóvel até seu pagamento;

(C) tem direito ao ressarcimento do valor da obra, independentemente de estar de boa-fé ou má-fé, sem a faculdade de reter o imóvel até seu pagamento;

(D) tem direito ao ressarcimento do valor da obra, com a faculdade de reter o imóvel até o seu pagamento, se estava de boa-fé;

(E) tem direito ao ressarcimento do valor da obra, com a faculdade de reter o imóvel até o seu pagamento, independentemente de estar de boa-fé ou má-fé

#### 6



Lex Luthor ao temer a concorrência de Bruce Wayne em uma vaga de concursos, ao saber de sua deficiência em ação rescisória. Decide passar para eles determinados macetes de prova: (1) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos. (2) Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, estão sujeitos à anulação, nos termos da lei. (3) No caso de violação a norma jurídica, cabe ação rescisória, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.

Desconfiado Bruce Wayne decide estudar.

O estudante concluiu, corretamente, à luz da doutrina sobre o tema que era correto:

- (A) apenas em 1, 2 e 3;
- B) apenas em 2 e 3;
- (C) apenas em 2;
- (D) apenas em 1 e 2;
- E) em 1, e 3.

## 7

Lex Luthor ao temer a concorrência de Bruce Wayne em uma vaga de concursos, ao saber de sua deficiência em ação rescisória. Decide passar para eles determinados macetes de prova: (1) A legitimidade do Ministério Público para propor ação rescisória está restrita as disposições da lei. (2) A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória. (3) Se os fatos alegados pelas partes dependerem de prova, o relator poderá delegar a competência ao órgão que proferiu a decisão

rescindenda, fixando prazo de 1 (um) a 3 (três) meses para a devolução dos autos.

Desconfiado Bruce Wayne decide estudar.

O estudante concluiu, corretamente, à luz da doutrina sobre o tema que era correto:

- (A) apenas em 1, 2 e 3;
- B) apenas em 2 e 3;
- (C) apenas em 2;
- (D) apenas em 1 e 2;
- E) em 1, e 3.

## 8

Sobre os sujeitos do processo nos Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/1995), é correto afirmar que:

Alternativas

- (A) são inadmissíveis todas as formas de intervenções de terceiros;
- (B) pode o menor de 18 anos ajuizar ação no Juizado Especial Cível, desde que devidamente representado;
- (C) admitir-se-á o litisconsórcio, desde que limitado a dois litisconsortes;
- (D) não é cabível a intervenção do Ministério Público nos processos de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
- (E) o réu, sendo pessoa jurídica, poderá ser representado por preposto credenciado, sem haver necessidade de vínculo empregatício.

## 9

Sobre a modificação de competência, é correto afirmar que:

Alternativas



(A) não há conflito de competência quando dois juízes divergem sobre a necessidade de reunião ou separação de processos;

(B) não pode o Ministério Público arguir incompetência relativa nas causas em que atuar como fiscal da ordem jurídica;

(C) o juiz que não acolher a competência declinada deverá suscitar o conflito, ainda que atribua a competência a outro juízo;

(D) em caso de incompetência absoluta, se não houver decisão em sentido contrário, devem ser mantidos os efeitos da decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente;

(E) quando houver continência e a ação contida tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação continente será proferida sentença sem resolução de mérito; caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

## 10

Antônio contratou empréstimo bancário no caixa eletrônico quando foi fazer outras movimentações financeiras. A contratação foi voluntária, mas, ao longo do tempo, Antônio percebeu que as parcelas estavam muito altas, pois, embora já tivesse pago uma quantia expressiva, o seu saldo devedor continuava elevado. Diante disso, Antônio procurou seu advogado e foi orientado a ajuizar uma ação probatória autônoma, com o objetivo de realizar prova pericial técnica para apurar se os juros do empréstimo estavam compatíveis com o mercado ou se tinham alcançado patamares abusivos, de modo a viabilizar futura ação de revisão das cláusulas do contrato de empréstimo. Considerando essa situação concreta, é correto afirmar que:

### Alternativas

(A) são concorrentes os foros do local onde a prova será produzida e o do domicílio do réu, cabendo ao

autor à escolha do foro para ajuizamento da produção antecipada de prova;

(B) eventual ação de revisão das cláusulas do contrato de empréstimo deverá ser distribuída por dependência à produção antecipada de prova;

(C) após a conclusão da perícia, o laudo será homologado pelo juiz, que reconhecerá a existência ou inexistência de abusividade em relação aos juros do empréstimo;

(D) a produção antecipada de prova se destina à produção das provas requeridas pela parte autora, não sendo possível que o réu se utilize do mesmo procedimento para produzir outra prova;

(E) a prova será produzida após a defesa do réu, na qual devem ser expostos os argumentos de mérito e formulados os quesitos técnicos, sob pena de preclusão.

## 11

João, prefeito municipal, celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária Alfa, cujo sócio-administrador é seu irmão. Exercendo o chamado controle social da administração pública, o cidadão José reuniu documentos que revelam que tal contratação atentou contra a moralidade administrativa, eis que burlou as regras previstas na lei de licitação e teve valor superfaturado, tudo com o objetivo de favorecer o irmão do prefeito.

Na hipótese em tela, já sabendo que o caso ensejará ampla instrução probatória, visando à anulação do contrato administrativo celebrado, José deverá manejar:

### Alternativas

(A) ação civil pública e fará jus à indenização por dano moral coletivo;

(B) mandado de segurança coletivo, que vinculará toda a administração pública municipal;

(C) ação de improbidade administrativa, na qual, ao final deverá ser lançada sentença condenando o réu à pena de prisão;

(D) habeas data, que contará com a participação do Ministério Público durante todo o processo na qualidade de custos legis;

(E) ação popular e ficará, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

## 12

Lex Luthor ao temer a concorrência de Bruce Wayne em uma vaga de concursos, ao saber de sua deficiência em DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Decide passar para eles determinados macetes de prova: (1) É admissível quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos. (2) Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono. (3) Para possibilitar a identificação dos processos abrangidos pela decisão do incidente, o registro eletrônico das teses jurídicas constantes do cadastro conterà, no mínimo, os fundamentos determinantes da decisão e os dispositivos normativos a ela relacionados.

Desconfiado Bruce Wayne decide estudar.

O estudante concluiu, corretamente, à luz da doutrina sobre o tema que era correto:

(A) apenas em 1, 2 e 3;

B) apenas em 2 e 3;

(C) apenas em 2;

(D) apenas em 1 e 2;

E) em 1, e 3.

## 13

Lex Luthor ao temer a concorrência de Bruce Wayne em uma vaga de concursos, ao saber de sua deficiência em DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Decide passar para eles determinados macetes de prova: (1) O incidente será julgado no prazo de 06 (seis) meses e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus. (2) Admitido o incidente, o Tribunal por decisão de sua maioria suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso. (3) Durante a suspensão, o pedido de tutela de urgência deverá ser dirigido ao relator.

Desconfiado Bruce Wayne decide estudar.

O estudante concluiu, corretamente, à luz da doutrina sobre o tema que era incorreto:

(A) apenas em 1, 2 e 3;

B) apenas em 2 e 3;

(C) apenas em 2;

(D) apenas em 1 e 2;

E) em 1, e 3.

## 14

O plano de recuperação judicial apresentado por Lexcorp Ltda. foi aprovado por todas as classes de credores, da seguinte forma: 85% e 90% dos credores trabalhistas e enquadrados como microempresa e empresa de pequeno porte, respectivamente; 60% dos credores presentes na classe III, representativa de 83% dos créditos. Não há credores na classe II.

Antes da decisão de concessão do benefício legal, foram apresentadas impugnações à homologação por parte de credores, insurgindo-se contra a homologação das seguintes cláusulas:

I) novação das obrigações de todos os avalistas, fiadores e garantidores de obrigações assumidas pela recuperanda nos mesmos termos da novação dirigida aos credores;

II) criação de uma subclasse na classe III, com menores deságios e prazo de pagamento, para os credores que continuarem a prover a recuperanda dos bens e serviços necessários à continuidade das produções artísticas interrompidas e às novas produções; e

III) pagamento dos créditos trabalhistas no prazo de trinta meses, a partir da data da concessão da recuperação, com compromisso de pagamento da integralidade dos créditos mediante garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios à recuperanda pelo sócio controlador.

Autos conclusos, o juiz decidiria por:

Alternativas

(A) homologar o plano, exceto em relação à cláusula de novação das obrigações dos avalistas, fiadores e garantidores de obrigações assumidas pela recuperanda, em razão de os credores dela conservarem seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso;

(B) homologar o plano com todas as cláusulas impugnadas, por não haver nenhuma ilegalidade nelas, visto que a novação dos créditos pode se estender aos coobrigados e garantidores de obrigações da devedora; a criação de subclasses é permitida e o termo para pagamento dos créditos trabalhistas, aprovado pelos credores, atende aos parâmetros legais;

(C) homologar o plano, exceto em relação à cláusula de pagamento dos créditos trabalhistas, pois não respeita o prazo legal máximo, sendo insuscetível de transação entre a recuperanda e os credores trabalhistas;

(D) não homologar todas as cláusulas impugnadas, visto que a primeira afronta o direito dos credores em face dos avalistas e quaisquer outros garantidores de obrigações da recuperanda, a segunda viola a par

conditio creditorum ao criar subclasse e a terceira não respeita o prazo legal máximo para pagamento dos créditos trabalhistas;

(E) homologar o plano, exceto em relação à cláusula de criação de subclasse, pois tal prática viola a par conditio creditorum ao criar prazos e condições de pagamento diferenciados entre os credores da classe III.

## 15

Nos autos da ação de responsabilidade civil movida pela Wayne Enterprises na XX Vara Cível da Comarca de Metrópolis em face de Lex Luthor, ex-administrador acusado de desvio de recursos do patrimônio da pessoa jurídica, foi deferida exibição integral, pelo réu, dos livros e outros instrumentos de escrituração da sociedade.

Lex Luthor se recusou a cumprir o mandado sob alegação de:

(i) sigilo dos livros e instrumentos de escrituração,

(ii) inexistência de hipótese legal que autorize a exibição integral, e

(iii) impossibilidade de apresentação, pois os documentos estariam armazenados em outro local (Gotham City).

Considerados os fatos narrados e as disposições legais sobre a matéria, é correto afirmar que:

Alternativas

(A) Procedem todas as alegações do réu diante da proteção ao sigilo do conteúdo dos livros e instrumentos de escrituração, de modo que não pode ser ordenada a exibição integral nem a retirada do local em que eles se encontrem;

(B) Procede a alegação de impedimento de retirada dos livros do local em que eles se encontrem, podendo ser deferida a exibição integral, visto que esta não prevalece sobre o sigilo;

(C) Nenhuma das alegações procede, pois não prevalece o sigilo dos instrumentos de escrituração nos casos em que a lei autoriza sua exibição integral, bem como nas questões que envolvam sociedade, e o exame dos livros pode ser feito perante o juiz do local em que eles se encontrem;

(D) Procede somente a alegação de vedação à exibição integral dos instrumentos de escrituração, pois nas questões que envolvam sociedade, a exibição deverá ser parcial, para extrair do exame apenas a parte que interessa ao litígio;

(E) Procede somente a alegação do sigilo dos instrumentos de escrituração, pois, de fato, não pode ser determinada coercitivamente a exibição integral, mas tal impedimento não obsta que os fatos que se pretendia provar através do exame dos livros sejam provados por outros meios.

## 16

A Cooperativa Agrícola de Smallville ajuizou ação em face de Jonathan Kent para cobrança de Cédula de Produto Rural (CPR) de liquidação física emitida por este em favor da primeira.

O executado defendeu-se pela via adequada, pleiteando a declaração de nulidade do título e, por conseguinte, sua inexigibilidade. Segundo Jonathan Kent:

(i) a CPR tem cláusula não à ordem, fato que a desnatura quanto à emissão e circulação;

(ii) o pagamento foi previsto em prestação única e não parcelado, como deveria ser por se tratar de título vinculado a financiamento para atividade rural; e

(iii) os bens vinculados em garantia à liquidação foram descritos de modo simplificado no título e não de forma completa e especializada, como deve ser na constituição de qualquer garantia real.

Ao apreciar as alegações do executado, o juiz decidiria por:

Alternativas

(A) Acolher todas as alegações, já que a cláusula à ordem é requisito essencial; o pagamento deve ser parcelado e os bens vinculados ao pagamento devem ser descritos de forma completa e especializada no corpo do próprio título;

(B) Acolher apenas a alegação da cláusula não à ordem, pois na CPR deve constar, como requisito essencial, a cláusula à ordem;

(C) Acolher apenas a alegação do pagamento em prestação única, pois esta cláusula desnatura a CPR e sua causa debendi;

(D) Rechaçar todas as alegações, pois a CPR pode ser emitida com cláusula não à ordem; é lícito estipular pagamento em parcela única, bem como a descrição dos bens em garantia pode ser feita de forma simplificada;

(E) Acolher apenas a alegação da descrição simplificada dos bens dados em garantia, pois os bens vinculados ao pagamento devem ser descritos de forma completa e especializada no corpo do próprio título.

## 17

O Estado de Gotham, visando incentivar a instalação de indústrias de beneficiamento de produtos cárneos em seu território, aprova lei estadual concedendo crédito presumido de ICMS correspondente a 6% do valor da operação.

A indústria LexCorp Carnes S/A se instala no território do Estado de Gotham, mas seu principal parceiro comercial é o Supermercado Planeta Vende Bem, que

se situa no Estado de Metrópolis e adquire seus produtos para venda a consumidor final.

Considerando que a alíquota interestadual de ICMS é de 12% e que, no Estado de Metrópolis, a alíquota de ICMS é de 19%, com base na legislação de ICMS e no entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

Alternativas

(A) Havendo autorização pelo Confaz, o benefício concedido pelo Estado de Gotham é válido, contudo, considerando que não houve efetivo recolhimento, à luz do princípio da não cumulatividade, poderá o Estado de Metrópolis cobrar 13% do Supermercado Planeta Vende Bem;

(B) Mesmo havendo autorização pelo Confaz, o benefício concedido pelo Estado de Gotham viola o princípio constitucional da não cumulatividade, podendo o Estado de Metrópolis realizar o estorno proporcional dos créditos e cobrar 6% da indústria LexCorp Carnes S/A, de forma a minimizar os efeitos da guerra fiscal;

(C) Lei do Estado de Metrópolis que não admita o crédito presumido instituído por lei do Estado de Gotham sem autorização pelo Confaz é inconstitucional por não caber a ente da federação se imiscuir em papel do Poder Judiciário, a quem compete o controle de constitucionalidade;

(D) É constitucional lei do Estado de Metrópolis que zele pela harmonia do pacto federativo e determine o estorno proporcional do crédito de ICMS concedido pelo Estado de Gotham em operação precedente quando não houver autorização do benefício pelo Confaz;

(E) O Supermercado Planeta Vende Bem não poderá ter seus créditos de ICMS glosados pelo Estado de Metrópolis, caso o benefício tenha sido instituído sem autorização pelo Confaz, pelo fato de a exigência de que ele se responsabilize por benefícios de seu fornecedor afrontar a segurança jurídica.

**18**

A República de Gotham firmou tratado internacional com Krypton em 2022 prevendo a concessão de isenção de ICMS nas importações de determinado produto (com o compromisso de devida reciprocidade pelo Estado estrangeiro).

O referido tratado foi assinado pelo Presidente da Liga da Justiça, depois aprovado por Decreto Legislativo no Conselho de Metrópolis e, por fim, promulgado como Decreto Federal de Themyscira.

O Estado de Central City, contudo, ingressou com medida judicial alegando que a União estava prejudicando sua arrecadação interna de ICMS com tal isenção e que, além disso, estava a conceder benefício tributário de ICMS sem a devida deliberação prévia e autorização dos Estados e do Distrito Federal.

Diante desse cenário e à luz do entendimento dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

Alternativas

(A) Tal isenção pode ser concedida, uma vez que não configura desoneração dada pela União como pessoa jurídica de direito público interno, mas sim pela República de Gotham no âmbito de suas relações internacionais;

(B) Esta isenção se configura como heterônoma, embora seja expressamente permitida pela literalidade do texto constitucional como exceção às limitações constitucionais do poder de tributar da União;

(C) A promulgação do tratado internacional sob a espécie normativa de Decreto Federal de Themyscira viola a previsão constitucional de que benefícios fiscais de qualquer tipo necessitam ser veiculados por meio de lei específica do ente federado competente para concedê-los;

(D) Embora ausente o convênio autorizativo no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, essa concessão irregular poderia ser posteriormente



sanada por novo convênio celebrado com voto de ao menos 2/3 dos Estados (como Gotham, Metrópolis e Central City) e do Distrito Federal no âmbito do referido Conselho;

(E) Especificamente em relação à concessão de benefícios fiscais de ICMS, não basta que haja lei ou tratado concedendo-os, sendo necessário, sob pena de inconstitucionalidade, convênio autorizativo celebrado por voto da unanimidade dos Estados e do Distrito Federal no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária.

## 19

O Tribunal de Contas dos Municípios de Apokolips, em 2023, ao apreciar as contas do prefeito do Município de Blüdhaven (situado nesse estado), referentes ao ano de 2022, identificou irregularidades graves na execução orçamentária com envolvimento pessoal do chefe do Executivo municipal.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

### Alternativas

(A) sendo um órgão estadual, tal Tribunal não tem competência para fiscalizar e apreciar as contas e a execução orçamentária realizadas pelos prefeitos municipais;

(B) o parecer prévio, emitido por tal Tribunal sobre as contas de 2022 prestadas pelo prefeito, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos membros da Câmara de Vereadores de Blüdhaven;

(C) sendo tal apreciação por este Tribunal de Contas uma peça opinativa, a Câmara de Vereadores de Blüdhaven somente poderá rejeitar as conclusões do Tribunal por voto da maioria de seus membros;

(D) ao realizar o julgamento das contas do prefeito e as considerar irregulares, o julgamento deste Tribunal vincula a Câmara de Vereadores de Blüdhaven quanto

à necessidade de não aprovar as contas do chefe do Executivo municipal;

(E) por se tratar de um órgão estadual, tal Tribunal deve primeiro remeter o julgamento das contas do prefeito por ele realizado à Assembleia Legislativa de Apokolips, a qual notificará a Câmara de Vereadores de Blüdhaven sobre as conclusões de julgamento do Tribunal.

## 20

No Brasil, pode-se falar na existência de uma "Constituição Orçamentária", isto é, um conjunto de princípios e regras presentes em nossa atual Constituição Federal versando sobre os mais diversos aspectos do orçamento público.

Acerca dessa temática, dentre as opções abaixo, a única que configura exceção às proibições constitucionais em matéria orçamentária é:

### Alternativas

(A) a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

(B) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

(C) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

(D) a concessão de empréstimos, pelo Governo Federal e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

(E) a transposição de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o fim de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem prévia autorização legislativa.

## GABARITO

<b>1</b>	<b>B</b>
<b>2</b>	<b>D</b>
<b>3</b>	<b>B</b>
<b>4</b>	<b>E</b>
<b>5</b>	<b>D</b>
<b>6</b>	<b>A</b>
<b>7</b>	<b>A</b>
<b>8</b>	<b>E</b>
<b>9</b>	<b>D</b>
<b>10</b>	<b>A</b>
<b>11</b>	<b>E</b>
<b>12</b>	<b>B</b>
<b>13</b>	<b>A</b>
<b>14</b>	<b>A</b>
<b>15</b>	<b>C</b>
<b>16</b>	<b>D</b>
<b>17</b>	<b>D</b>
<b>18</b>	<b>A</b>
<b>19</b>	<b>B</b>
<b>20</b>	<b>E</b>